



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

POR UM BRASIL MAIS JUSTO

Ação Social do Governo

BRASÍLIA
1996

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

POR UM BRASIL MAIS JUSTO
Ação Social do Governo

BRASÍLIA
1996

Brasil. *Presidente* (1995 - : F. H. Cardoso).

B823p

Por um Brasil mais justo: ação social do governo. —
Brasília: Presidência da República, 1996.

50 p.

1. Brasil — Política social. 2. Brasil. Política e governo.
I. Título II. Título: Ação social do governo.

CDD 350.84

Sumário

PREFÁCIO • 5

I. AS RAÍZES DO BRASIL INJUSTO • 7

II. A ESTRATÉGIA SOCIAL DO GOVERNO • 11

A. Os Planos Econômicos e os Programas Sociais • 11

B. Maior Eficiência nas Políticas Sociais • 18

C. Combate à Fome e à Pobreza • 26

D. Parceria com a Sociedade • 27

CONCLUSÃO • 29

ANEXO — Os Quatro Eixos da Estratégia de
Desenvolvimento Social • 31

Trabalho, Emprego e Renda • 33

Melhoria dos Serviços Públicos • 36

Combate à Fome e à Pobreza • 44

Comunidade Solidária • 44

Parcerias com a Sociedade Civil • 46

PREFÁCIO

Depois que reencontramos o caminho da democracia e alcançamos a estabilização da economia, pela qual continuamos lutando, a grande tarefa que temos pela frente é a reforma social em nosso País. Sem ela, não alcançaremos, praticamente, qualquer dos objetivos por que clama a sociedade brasileira: uma economia moderna, um País respeitado no exterior e, sobretudo, uma nação mais justa.

Segundo os termos clássicos, a boa condução de Governo deve buscar a felicidade. Hoje, essa palavra pode soar um pouco subjetiva mas, na verdade, significa bem-estar. Trata-se, portanto, de promover condições, não só de democracia formal, mas de acesso às possibilidades do exercício das potencialidades de cada ser humano dentro de um quadro de democracia.

A experiência do Real deixou importante ensinamento sobre o processo de mudança: não devemos nos enganar pela ilusão do caminho fácil ou pela tentativa de buscar um atalho, para chegar mais depressa. Depois de mais de uma dezena de planos econômicos fracassados, só conseguimos derrotar a inflação quando resolvemos atacar o problema pela raiz, buscando eliminar as suas causas verdadeiras.

O mesmo ocorre no plano social. Não teremos êxito na luta contra a fome, a pobreza e as mais diversas formas de exclusão social enquanto não enfrentarmos suas reais causas, sem sensacionalismo nem demagogia, mas com obstinação e eficiência.

Fernando Henrique Cardoso

POR UM BRASIL MAIS JUSTO*

I AS RAÍZES DO BRASIL INJUSTO

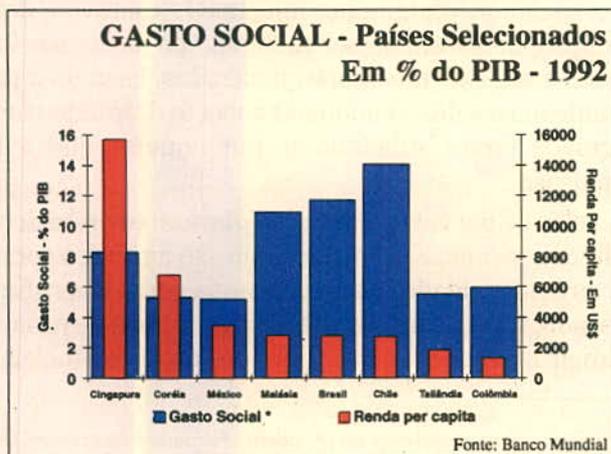
As causas da injustiça social do Brasil são muitas e profundas. Não se procederá aqui a um diagnóstico dessas causas. Serão mencionadas apenas algumas, entre as mais importantes:

- a) em nossa **herança escravocrata**, que gerou uma mentalidade de indiferença em relação à desigualdade, à violência e à exclusão. É como se fosse natural que a opulência conviva com a pobreza ou que as regalias de poucos coexistam com a supressão dos direitos da maioria. Temos uma cultura que aceitou conviver com a violência, a mais cruel, que é a escravidão; e que acreditou ser possível conciliar ideais libertários e democráticos com uma estrutura social absolutamente injusta. Os escravos, depois da abolição, deixaram de ser sustentáculo da economia e passaram a ser excluídos, marginalizados. Essa foi a primeira grande massa de excluídos. O aspecto dramático foi que os escravos foram substituídos por aqueles que a Europa expulsara.
- b) na relação perversa entre os **planos econômicos** e as políticas sociais. É como se coubesse à política social reparar as desigualdades que a economia gera ou aprofunda. No passado, tinha-se a visão de que a economia deveria crescer primeiro, para depois se cuidar dos aspectos sociais. O que

(*) *Versão editada do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, feito no Palácio do Planalto, em 6 de maio de 1996.*

aconteceu foi que, sobre base de uma herança escravocrata, acumularam-se os fatores de desagregação. Com a aceleração do processo inflacionário, agravou-se a concentração da renda. Nos anos de super-inflação, o sistema bancário chegou a se apropriar de cerca de 14% da renda nacional. Hoje, ao contrário, este percentual baixou para cerca de 8,0% e os bancos estão tendo de se ajustar para sobreviver. Além disso, a estabilização trouxe expressiva transferência de renda para os assalariados. O objetivo deste Governo foi o de fazer uma estabilização que contivesse, nela própria, mecanismos que levassem à distribuição de renda e que essa renda fosse apropriada pelos que nunca tiveram acesso a ela.

- c) na ineficiência de nossas **políticas sociais**. Historicamente, não se gastou pouco na área social, gastou-se mal. As políticas sociais não foram capazes de atingir as camadas que mais necessitam. Isso pode ser comprovado pelos quadros a seguir:



Distribuição de benefícios na área social
(em % do PIB)

QUINTIL	CHILE (1992)	BRASIL (1990)
20% mais pobres	36,3	15,5
20%	27,2	19,9
20%	20,1	22,0
20%	12,4	21,7
20% mais ricos	4,0	20,9

Inclui gastos com saúde, educação e habitação
Fonte: Banco Mundial.

No Chile, os 20% mais pobres recebem cerca de 36% dos recursos aplicados no social e, no Brasil, somente 15%. Se olharmos os 20% mais ricos, veremos que no Chile recebem 4% desses recursos, enquanto no Brasil 21%.

Não basta perguntar se o Governo está gastando muito ou pouco. Não adianta aumentar os gastos sociais se eles são mal distribuídos. Deve-se indagar se os recursos estão sendo efetivamente dirigidos para os mais necessitados.

Este quadro de desigualdades levou à formação dos **bolsões de miséria**, que requerem a melhoria dos serviços de saúde, educação, saneamento, numa ação focalizada e especial para colocar os mais desamparados num patamar comparável ao do restante da sociedade.

Existe hoje, no País, a oportunidade e a vontade para equacionar nossos problemas sociais. A democracia trouxe a participação, o debate e a indignação diante da injustiça. A imprensa tem cumprido, a este respeito, um papel relevante de investigação e denúncia. A sociedade vem cobrando dos governantes medidas corajosas e eficientes e está pronta a dar a sua contribuição.

O Governo tem, portanto, a responsabilidade de adotar as políticas adequadas, indicar os rumos e mobilizar este desejo de

mudança. Mas o combate à injustiça social do Brasil é tarefa que transcende a ação exclusiva do Executivo. Requer uma ação conjunta da sociedade. Se não houver mobilização de todos, principalmente dos mais necessitados, as camadas mais influentes da sociedade farão pressão para que a situação permaneça como está, para não perder seus privilégios. E isso significa manter a desigualdade social.

O Brasil vive hoje um grande momento. Temos as condições de fazer as transformações necessárias.

O Governo está fazendo a sua parte. Adotou uma política social abrangente, que rompe o esquema assistencialista e evitado de interesses políticos localizados. Abrangente, quer dizer que, ao pensar o econômico, tem-se que pensar, simultaneamente, os seus efeitos sociais. Significa, também, que o Governo tem de articular melhor os programas sociais e os planos econômicos, não só de estabilização, como o de crescimento, porque sem crescimento não haverá solução para qualquer dos problemas sociais. Por fim, as políticas sociais, além de eficientes, devem ter um caráter universal. A igualdade de oportunidades é um dos fundamentos da democracia e pressupõe acesso universal à educação e à saúde.

Essa característica, da universalidade, é fundamental para se quebrarem as assimetrias. A educação e a saúde não são as mesmas para todos. Mesmo que o serviço público se faça presente, em certas áreas, sua utilização será desigual. Infelizmente, se for mantida a assimetria social, serviços como saúde e educação beneficiarão, apenas, aqueles que têm condições de decisão, que já têm poder e que já têm recursos.

Nosso objetivo, portanto, deve ser o de construir uma nova mentalidade, que instaure uma verdadeira revolução estrutural, com benefícios imediatos que já vêm sendo identificados desde o início de 1995.

II

A ESTRATÉGIA SOCIAL DO GOVERNO

OS QUATRO EIXOS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Trabalho, emprego e renda
- Melhoria dos serviços públicos
- Combate à fome e à pobreza
- Parceria com a sociedade

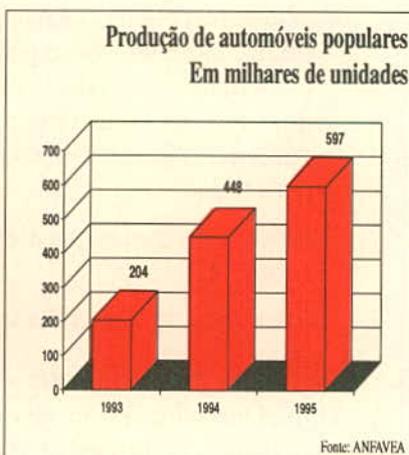
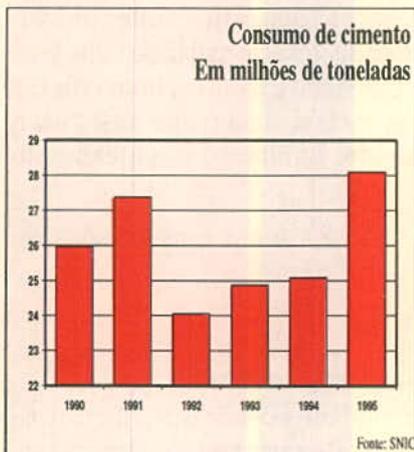
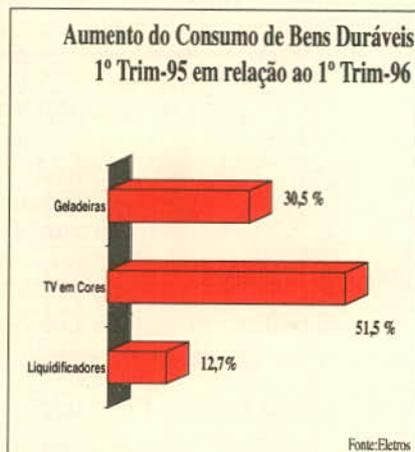
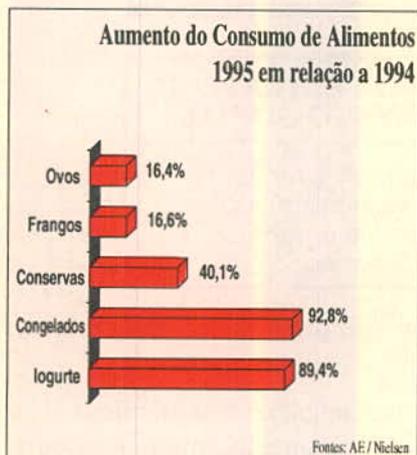
A política social do Governo compreende um conjunto de ações em quatro áreas principais:

- uma melhor articulação entre os planos econômicos e os programas sociais; a preocupação, neste campo, é assegurar mais e melhores empregos, que proporcionem uma melhoria significativa do nível de renda da população;
- a busca da eficiência nas políticas sociais de caráter universal; incluem-se, como prioridade, a racionalização dos gastos, em benefício das camadas mais carentes, bem como a universalização das políticas sociais, de forma a assegurar, por exemplo, educação, saúde, habitação e saneamento para todos;
- ações focalizadas para combater a fome e os bolsões de pobreza; e
- parceria com a sociedade civil.

A. Os Planos Econômicos e os Programas Sociais

O Real introduziu uma nova realidade econômica. Ele trouxe uma das mais importantes distribuições de renda da história recente do País. Os ganhos que os bancos auferiam com a inflação foram

transferidos para o assalariado. O seu poder de compra aumentou imediatamente. No início, ele comprou mais alimentos, em seguida, produtos de higiene e limpeza, agora, mais eletrodomésticos. É o que indicam os quadros abaixo:



O crescimento de 28% do consumo de cimento é um dado significativo. Como a indústria de construção civil não cresceu tanto, boa parte desse consumo foi de massa, para pequenas reformas ou construção de habitações populares. Houve até modificação da embalagem para se vender sacos de 1kg de cimento.

Dois anos depois do lançamento do Real, o aumento do poder de compra do assalariado prosseguiu. Por quê? Porque o salário não perde mais valor, os preços estão estáveis e, em alguns casos, baixaram, em face da concorrência de produtos importados e, também, porque a economia recuperou o crédito. Estas são as explicações para um aumento da venda de aparelhos de televisão da ordem de 50%.

O que isso quer dizer? Esses dados comprovam que a separação entre o econômico e o social é antiquada. A estabilização feita no Brasil fugiu dos cânones internacionais e, ao contrário de tantas outras experiências, não levou o País para a recessão. O caminho escolhido foi o de crescimento moderado, com distribuição de renda.

Estudo realizado pelo IPEA, feito com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada em seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) revela que, após a implantação do Plano Real, a proporção de pobres declinou de 42% para 22%. Além disso, houve ganhos de renda sobretudo para aquele contingente considerado pobre.

Esses números mostram que a estabilização da economia superou o dilema entre o econômico e o social. Ou os dois vão juntos, ou não há avanço em nenhum deles. Na verdade, na era da globalização, o dilema é outro: ou avançar simultaneamente no econômico e no social, ou fracassar em ambos. Não é por acaso que o Chile, por exemplo, exhibe hoje substancial melhoria em seus indicadores tanto econômicos quanto sociais.

Hoje, para crescer, é preciso ser competitivo; e para competir, além das reformas econômicas, é necessário alcançar patamares mais elevados de conhecimento, tecnologia, educação e qualificação profissional. Por conseguinte, um país com baixos índices de saúde, de educação, de formação profissional — e portanto de salários — tem poucas chances para competir num mundo cada vez mais integrado. A economia não exclui, mas impõe, a reforma social.

O Brasil está passando de um padrão de crescimento econômico e de um estilo de consumo para outro, em que o conjunto da população começa a participar de modo expressivo. Embora ainda haja excluídos, os segmentos mais pobres começam a consumir e passam a exigir crescentemente ações para garantir a expansão desse consumo. Essa é uma nova realidade que tem de ser levada em consideração.

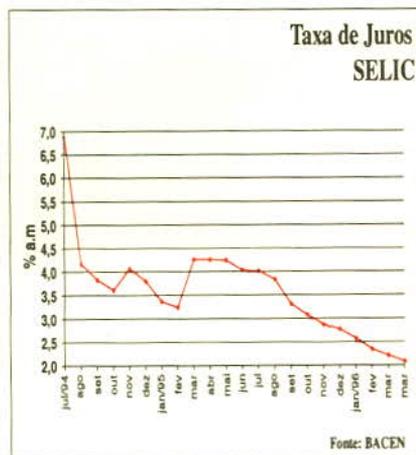
A reforma social, por sua vez, requer uma economia estabilizada, saudável e em condições de atrair investimentos estrangeiros. Isto porque as mudanças sociais pressupõem crescimento, e o crescimento requer, além da poupança interna, volumes crescentes de recursos externos.

A melhora do poder de compra do assalariado, apesar de importante, não basta. É preciso assegurar, igualmente, a retomada de uma trajetória de crescimento sustentado para gerar empregos, incentivar um aumento nos salários e promover uma efetiva e sustentada distribuição de renda.

Isto não vai ocorrer sem que o Governo assuma o comando efetivo de uma estratégia de desenvolvimento que concilie equilíbrio fiscal do setor público, para ensejar a retomada dos investimentos nos setores estratégicos, com a criação das condições para o estímulo ao investimento produtivo do setor privado nacional e estrangeiro.

Com relação à estratégia de desenvolvimento, em pouco tempo já observamos os seguintes avanços:

- a) progressivo aumento da poupança e do investimento produtivo e redução dos juros. A taxa de investimento caiu vertiginosamente no início dos anos 90 e chegou a 13,5% em 1992. Desde então, especialmente a partir do Plano Real, a recuperação tem sido constante. Essa recuperação, contudo, é ainda muito pequena. A taxa atual, de quase 16% do PIB, é muito pequena se comparada com a taxa de 25% que já tivemos no passado; quanto aos juros, o gráfico a seguir mostra a queda da taxa Selic, com base na qual são vendidos os títulos públicos; são os chamados juros primários, controlados pelo Governo:



- b) mobilização de recursos do setor público para estimular o crescimento e a geração de empregos, conforme mostra o quadro abaixo:

Investimentos Públicos para 1996

Entidade	Valor (em R\$ bilhões)	Aumento em relação a 95 (em %)	Geração de empregos*
BNDES	11,3	59	4.500.000
Estatais	11,8	24	600.000

(*)Diretos e indiretos

Fonte: MPO.

Plano Plurianual 96/99 Gastos da União

(em R\$ milhões)

	Investimentos	Custeio	Total	%
Infra-estrutura	47.552	186	47.738	12,3
Agricultura	7.289	6.619	13.908	3,6
Ciência/tecnologia	2.630	3.847	6.477	1,7
Desenvolvimento social	23.064	268.594	291.658	75,1
Outros	15.811	12.577	28.388	7,3
Total	96.346	291.823	388.169	100,0

Por que estimular o investimento público?

A queda da taxa de investimento, no início dos anos 90, foi muito mais acentuada no setor público do que no privado. O crescimento no Brasil se resumiu, quase exclusivamente, ao setor privado. O setor público entrou em déficit crônico. Além disso, nessa época, os investimentos estrangeiros se retraíram e toda a economia se contraiu.

A estratégia do atual Governo é outra. Ela visa a atrair o capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, repor o setor público em condições de investir. Apesar das dificuldades em gerar recursos, o BNDES programou para 1996 investimentos 59% maiores do que em 1995. No caso das empresas estatais, o crescimento previsto é de 24%.

- c) adoção de programas específicos de geração de empregos e de qualificação profissional:

PROEMPREGO

VALOR PREVISTO	SETORES BENEFICIADOS	GERAÇÃO DE EMPREGOS*
R\$ 6 bilhões	Saneamento ambiental, infra-estrutura turística, transporte coletivo urbano, revitalização de subsectores industriais	2,7 milhões

(*)Diretos e indiretos.

Fonte: MPO.

Programas de Geração de Empregos

PROGRAMA	VALOR CONVENIADO (em R\$ milhão)	EMPREGOS GERADOS
PROGER	260,0	66.600
PROGER RURAL	900,0	82.700
PRONAF	200,0	—

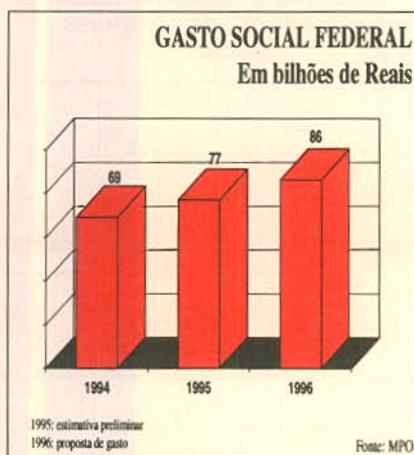
Fonte: Ministério do Trabalho.

Formação e Reciclagem Profissional

	1994	1995	1996	1997/98
Trabalhadores beneficiados	60.000	150.000	1.500.000	1.500.000
Recursos aplicados (em R\$ milhão)	20	60	300	600

B. Maior Eficiência nas Políticas Sociais

Se a sociedade, em vez de indiferença, manifesta impaciência crescente com a injustiça social; se a economia, em vez de tender à concentração, está direcionada para assegurar o poder de compra do trabalhador, para promover investimentos e gerar empregos, cabe ao Governo gastar mais e melhor na área social.



O Plano Plurianual para o período 1996-1999 prevê 75% dos gastos da União na área social:

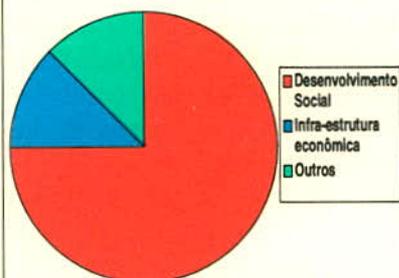
PPA 96/99: Desenvolvimento Social
Investimento e Custeio - Recursos da União

Em milhões de Reais

Previdência	184.779
Assistência Social	7.705
Saúde	45.341
Educação	11.909
Saneamento	5.329
Habitação	6.338
Desenvolvimento Urbano	1.977
Trabalho	28.280
TOTAL	291.658

Fonte: PPA 96/99

Plano Plurianual 96/99
Gastos da União - Investimentos e Custeio



Fonte: PPA

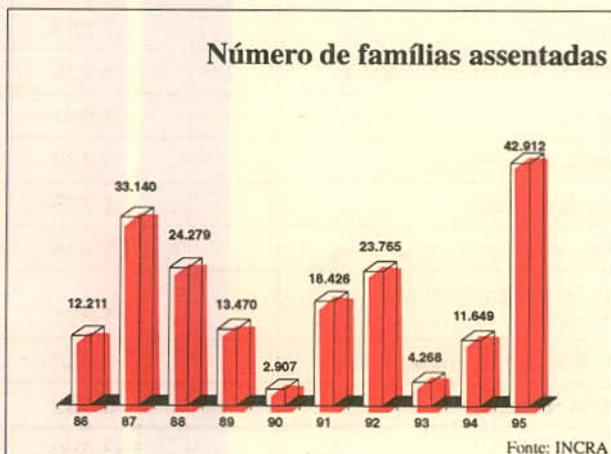
Plano Plurianual — 1996/1999

Discriminação	Investimentos (R\$ milhão)
Infra-estrutura econômica	85.389
Recursos hídricos	6.742
Agricultura	7.289
Indústria e comércio exterior	3.735
Turismo	1.091
Ciência e tecnologia	9.430
Meio Ambiente	1.735
Desenvolvimento social	29.838
Cultura, justiça, segurança e cidadania	1.831
Estado e administração pública	658
Defesa nacional	5.652
Total	153.390

Certamente, estamos gastando mais. E também estamos gastando melhor. E como é que se gasta melhor? A regra é a da descentralização. Não se trata de municipalização. Não é transferir a responsabilidade do Governo Federal ao Prefeito. Os recursos para a educação são liberados diretamente para as escolas. A assistência social é desenvolvida em parceria com Estados e Municípios. A área da saúde está promovendo, por meio do SUS, uma progressiva transferência da gestão dos recursos para os Municípios. A distribuição das dotações do Governo Federal atende a critérios de necessidade e não de influência política.

A sociedade está cada vez mais ansiosa por resultados. Portanto, não basta a verificação de que o Governo está gastando mais. O que importa é ver os resultados.

O dado sobre assentamento de famílias é claro: a média de assentamento era de 16 mil famílias por ano. Em 1995, foram assentadas 42 mil. Em 1996, a meta é assentar 60 mil. Isso é resultado concreto e irrefutável.



Uma melhor aplicação dos recursos já se está refletindo numa ampliação significativa da prestação de serviços:

Saúde

	1994	1995
<i>Programa de Saúde da Família</i>		
Equipes	328	687
Municípios	65	177
<i>Agentes comunitários de saúde</i>		
Número de agentes	29.098	34.546
Municípios		1.008
<i>Programa de Suplementação Alimentar «Leite é Saúde»</i>		
Municípios conveniados	480	915
<i>Programa Nacional de Imunização</i>		
Casos de tétano neo-natal	160	76
Cobertura das campanhas		95%
«Hospital Amigo da Criança»	11	22

Educação

	1994	1995
<i>Programa Nacional do Livro Didático</i>		
Recursos Aplicados (em R\$ milhão)	159,4	217,7
Livros Distribuídos (em milhão)	60	110
<i>Merenda escolar</i>		
Recursos aplicados (em R\$ milhão)	432,0	660,0
Dias garantidos	101	170
Alunos atendidos (em milhão)	32	34

Resultados expressivos estão sendo alcançados, por exemplo, no combate à mortalidade infantil; isso ocorre, em grande medida, pela ação do Governo, via Comunidade Solidária, Programa do Leite, Programa do Médico de Família, Agentes Comunitários. Ainda há problemas, como a falta água encanada, é verdade; mas estão-se tomando medidas para isso.

Mortalidade Infantil
(em cada 1.000 nascidos vivos)

Estado	1994	1995
Maranhão	77	51
Piauí	70	47
Ceará	110	62
Rio Grande do Norte	103	59
Paraíba	112	48
Sergipe	117	84
Alagoas	183	113
Bahia	103	35

Fonte: Ministério da Saúde.

Dados recentes da Pastoral da Criança da Igreja Católica revelam que os índices de mortalidade infantil caíram 28%, no primeiro trimestre de 1996. Nesse período, em 1995, havia 24,88 óbitos por mil nascimentos enquanto que em 1996 ocorreram 17,8 mortes para o mesmo número de nascidos. Isto se deveu, em grande parte, à estabilidade econômica, que permitiu às famílias melhor distribuir os gastos ao longo do mês.

A melhoria dos serviços de saúde, educação, saneamento, formação profissional, entre outros, é essencial para ampliar as oportunidades, para assegurar acesso a melhores empregos e me-

lhores salários. Dar mais eficiência às políticas sociais é um dos eixos da estratégia do Governo. Por isto foi decidido estabelecer uma lista de projetos prioritários, cuja execução será acompanhada de perto pelo Governo. A relação, ainda preliminar, contempla, entre outros, os seguintes projetos:

▲ Educação

- Melhoria do Ensino Fundamental e Valorização do Professor
- Combate ao Analfabetismo Adulto e Funcional
- Melhoria do Ensino Profissional
- Incentivo à Leitura
- Esporte Solidário
- Parceria com a Sociedade Civil

▲ Trabalho, Emprego e Renda

- Criação de Oportunidades de Trabalho e de Geração de Renda: PRÓ-EMPREGO
- PROGER urbano
- PROGER rural
- Protocolo de Emprego
- Serviço Público de Emprego
- Abono Salarial
- Qualificação e Requalificação de Trabalhadores
- Reforma Agrária:
- Assentamento de Trabalhadores Rurais
- Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF)
- Apoio a Iniciativas de Crédito Popular

▲ Saúde, Alimentação e Nutrição

- Redução da Mortalidade na Infância e da Mortalidade Materna
- Reequipamento do Sistema Público de Saúde (REFORSUS)
- Controle da Febre Amarela e da Dengue
- Eliminação da Hanseníase
- Modernização da Vigilância Sanitária
- Vida Ativa
- Alimentação e Nutrição:
- Programa Nacional de Merenda Escolar
- Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos — Prodea

▲ Saneamento Básico e Habitação

- Pró-Saneamento
- Programas de Ação Social em Saneamento — PASS e PROSEGE
- Pró-Moradia
- Carta de Crédito
- Programa de Melhorias Habitacionais

▲ Justiça, Previdência e Assistência Social

- Combate ao Trabalho Escravo, Infantil e Degradante
- Melhoria das Condições e dos Ambientes de Trabalho
- Reabilitação dos Portadores de Deficiência
- Integração Sócio-Laboral aos Portadores de Deficiência

- Melhoria do Atendimento ao Cidadão
- Renda Mínima para Idosos e Deficientes
- Apoio Escolar à Criança Carente (Brasil Criança-Cidadã)

Se a melhoria dos serviços sociais é fundamental para mudar o Brasil, teremos que mudar a estrutura do Estado. E mudar a Estrutura do Estado não é só fazer a reforma administrativa ou fiscal. É muito mais do que isso.

Primeiro, é preciso mudar a mentalidade. Depois é necessário introduzir mudanças institucionais. O Governo extinguiu, por exemplo, o Ministério do Bem-estar Social e o Ministério da Integração Regional e passou os convênios para a Secretaria de Assistência Social. Hoje, estão sendo feitos convênios na área de educação e saúde diretamente com os municípios. Nesses convênios, o Governo está exigindo a adoção de mecanismos democráticos de participação. Isso significa refazer a gestão pública dos recursos do Governo e o controle desses recursos. E isso é fundamental para assegurar a eficiência no gasto público.

Outro exemplo de mudança é a Caixa Econômica Federal. Até 1994, a Caixa teve prejuízos. No ano passado, gerou lucros. Sua estrutura foi enxugada e duas atividades que estavam suspensas foram retomadas: o financiamento da habitação e do saneamento. Hoje a Caixa está financiando diretamente o interessado, o cidadão que quer ter uma casa própria, e não mais as empreiteiras. Está estudando, igualmente, crédito específico a trabalhadores, com recursos do FAT, para financiamento de habitações populares. Isto é um progresso essencial. Isto é social. O Ministério da Saúde já faz saneamento a custo zero para algumas populações. Isso é qualidade, não é dinheiro. É outra coisa. É mudar a cabeça, é mudar a mentalidade, é acabar com o clientelismo, acabar com o protecionismo, com o mandonismo e com a corrupção. Isso é social. Se não se acabar com tudo isso, se não mudar tudo isso, não vai haver desenvolvimento social efetivo.

C. Combate à Fome e à Pobreza

O terceiro eixo da política social do Governo é o combate a duas vergonhas nacionais: a fome e a pobreza. Nessa área, o Governo conta com o Programa Comunidade Solidária como instrumento de erradicação da miséria no País.

O processo de exclusão social chegou a tal ponto que a maior eficiência das políticas universais, apenas, não é suficiente para combater as grandes desigualdades existentes. É preciso atacar, com medidas emergenciais e focalizadas, a fome e os bolsões de miséria. Este é basicamente o papel da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária: assegurar que um conjunto de prestações básicas cheguem aos mais necessitados.

O quadro abaixo mostra algumas das principais ações que o Programa Comunidade Solidária está fazendo e as suas metas:

Programas	Metas
<i>Alimentação</i> • Merenda escolar	Distribuir, diariamente, 34 milhões de refeições para estudantes
• PRODEA	Distribuir 700 mil toneladas de alimentos
<i>Valorização do ensino fundamental</i> • Kit-educação	Distribuir kits para 2,5 milhões de alunos, 120,6 mil professores e 37,6 mil escolas e contemplar mais de 1.000 municípios carentes
• Transporte escolar	Tomar disponível transporte escolar em mais de 1.000 municípios carentes
<i>Combate à mortalidade infantil</i> • Combate à desnutrição	Distribuir suplementação alimentar para mais de 2 milhões de crianças
• Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Atingir até 45 mil agentes comunitários de saúde

Programas	Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Vacinação 	Vacinar todas as crianças menores de 5 anos contra o sarampo, difteria, tétano, coqueluche, poliomielite e tuberculose, e todas as mulheres, em idade fértil, contra o tétano
<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento (água potável) 	Garantir água potável para mais de 1.000 municípios carentes, até 1999 Iniciar ações para garantir água potável a toda a área urbana desses municípios

Por este motivo, o Governo resolveu ampliar o número de municípios abrangidos pelo programa, que passa de cerca de 300 para mais de 1.100, ou seja, quase quatro vezes mais.

Região	Município	%	Municípios do Comunidade Solidária	%
Norte	398	8,0	129	11,6
Nordeste	1.557	31,3	437	39,3
Sudeste	1.553	30,8	264	23,7
Sul	1.058	21,3	173	15,7
Centro-Oeste	427	8,6	108	9,7
Total	4.973	100,0	1.111	100,0

D. Parceria com a Sociedade

O Governo tem consciência de que a construção de um Brasil mais justo pressupõe uma ação conjunta de toda a sociedade. A ação do Governo Federal, dos Estados, dos Municípios, mas também das organizações não-governamentais, dos sindicatos, enfim, de toda a sociedade organizada. Isso não é uma questão de administração. É

uma questão política. Mudar a atual estrutura assimétrica mexe com interesses cristalizados, que resistem. Mas a mobilização nacional é capaz de vencer o imobilismo conservador e promover uma estratégia conjunta, acima da dicotomia governo-oposição, das facções partidárias, dos interesses individuais.

O Governo tem valorizado a parceria por meio do fortalecimento dos Conselhos e Grupos de Trabalho de composição mista Governo-sociedade civil. O Conselho do Programa Comunidade Solidária é um exemplo dessa parceria. O Governo está negociando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) uma linha de crédito de US\$ 150 milhões para financiar as ações de organizações sem fins lucrativos que desenvolvam programas de combate à miséria, em favor de crianças, de combate ao analfabetismo e de ajuda para aquisição e construção de moradias populares.

CONCLUSÃO

O Governo está convencido de que adotou ou está adotando medidas adequadas em cada um dos eixos centrais da política social:

- uma política econômica que está criando as bases do desenvolvimento sustentado e da geração de empregos, sem inflação;
- maior eficiência e cobertura universal das políticas sociais básicas, especialmente saúde e educação. Para ter uma idéia da magnitude deste objetivo, basta recordar que nos Estados Unidos cerca de 30 milhões de americanos não têm qualquer cobertura médica;
- prioridade ao combate à fome e à miséria; e
- parceria com a sociedade.

Além das políticas já adotadas, chegou o momento de dar-se um novo passo. É preciso marcar de modo claro uma ruptura entre o Brasil das exclusões e marcadas desigualdades, que se está deixando, e o Brasil mais justo, que se está construindo. Uma ruptura clara, que torne o processo de transformações irreversível. Que assegure que a geração dos nossos filhos não venha a conhecer a fome, a miséria e as diferentes formas de exclusão de nossa geração.

Em suma, devem-se canalizar todos os esforços, do Governo e da sociedade, que são maiores do que os do Governo, para que a nova geração de brasileiros seja diferente. Para que a mãe e o recém-nascido tenham assistência. Para que sejam asseguradas a nutrição e a vacinação da criança. Para reduzir a evasão escolar e para tirar a criança da rua. Para eliminar a violência contra a criança, o trabalho escravo e a exploração sexual. Para qualificar melhor os

que entram no mercado de trabalho, para que ascendam a postos de melhor remuneração.

Este é o sentido mais profundo da política social do Governo. Concentrar toda a sua vontade, energia e recursos para criar uma nova geração de brasileiros. Mas isto só será possível quando se lograr construir uma efetiva parceria com a sociedade. Se formos capazes de dizer com clareza aos milhões de brasileiros que também não aceitam a injustiça e a exclusão o que nós estamos fazendo e a contribuição que esperamos de cada um deles.

Está na hora, portanto, de aprofundar o diálogo com a sociedade e a mobilização de todos os que estão prontos a trabalhar em favor dos brasileiros que mais necessitam.

O Governo e a sociedade têm que identificar os problemas da infância que ainda não têm resposta satisfatória. E existem ainda muitos. Buscar alternativas e soluções. Ampliar as ações em favor da criança, mobilizar a sociedade e somar todos os esforços, para garantir que a geração do Real será diferente. Com isto estaremos construindo uma Nação mais digna e mais justa.

ANEXO

OS QUATRO EIXOS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Trabalho, emprego e renda
- Melhoria dos serviços públicos
- Combate à fome e à pobreza
- Parceria com a sociedade

■ TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Programas	Metas
<p><i>Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de R\$ 1,54 bilhões para financiamento de micro e pequenos empreendimentos urbanos e rurais, segmento que historicamente não teve acesso ao crédito 	<p>Gerar, em 1996, 125 mil empregos diretos</p>
<p><i>Programa de Expansão do Emprego e de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento de R\$ 9 bilhões (R\$ 3,5 bilhões do FAT, R\$ 2,5 bilhões do BNDES e R\$ 3 bilhões de contrapartida) em setores geradores de emprego, tais como saneamento ambiental, infra-estrutura turística, transporte coletivo urbano, entre outros 	<p>Criar novos empregos e melhorar a infra-estrutura nas áreas metropolitanas</p>
<p>Recuperação da Capacidade Operativa da rede do SUS (REFORSUS)</p>	<p>Recuperar, ampliar e concluir 2.392 unidades públicas de saúde, até 1998</p>
<p><i>Saneamento, habitação e desenvolvimento urbano</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimentos superiores a R\$ 18 bilhões (FGTS, OGU e fontes externas) no período 1996-1999 	<p>Beneficiar 11 milhões de brasileiros com problemas de moradia.</p> <p>Beneficiar 30 milhões de famílias com acesso a água, esgoto, coleta de lixo e pavimentação.</p> <p>Gerar 773 mil empregos diretos e indiretos permanentes em habitação</p> <p>Gerar 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos permanentes na área de saneamento</p>

(Continua)

Programas	Metas
Restauração do Patrimônio Histórico	Gerar 90 mil empregos no período 1996-1998
Programa de Qualificação Profissional	Qualificar ou requalificar 6,5 milhões de trabalhadores no período 1996-1998
Protocolo de Emprego	Incentivar as empresas em processo de reestruturação para a requalificação de trabalhadores
Combate ao analfabetismo de jovens e adultos	Eliminar o analfabetismo na população de 14 a 55 anos
Modernização e informatização da intermediação da mão-de-obra	Aumentar a eficiência do Sistema Nacional de Emprego(SINE) Atender, em 1996, 3,5 milhões de trabalhadores
Programa Seguro-desemprego	Atender 5,2 milhões de trabalhadores em 1996
Programa de Desregulamentação das Normas Administrativas do Trabalho	Racionalizar e extinguir antigos e burocratizados procedimentos de controle interno das empresas quanto às relações contratuais de trabalho
Benefício de Prestação Continuada	Beneficiar 400 mil idosos e deficientes com renda mínima de um salário mínimo
Benefícios Previdenciários a Trabalhadores Rurais	Pagar mensalmente 6 milhões de benefícios a trabalhadores rurais aposentados
Abono Salarial (PIS/PASEP)	Beneficiar 7,5 milhões de trabalhadores de baixa renda em 1996

Reforma Agrária

Programas	Metas
Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais	Assentar de 280 mil famílias de trabalhadores rurais até 1998
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Profissionalizar 54.000 agricultores em 1996 Apoiar 270 mil famílias de agricultores no processo de produção em 1996

■ MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

- Educação
- Saúde
- Habitação e Saneamento
- Previdência Social
- Assistência Social
- Defesa dos Direitos

□ Educação

Programas	Metas
Valorização do Ensino Fundamental e do Magistério	<ul style="list-style-type: none">• Implantar o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental• Manter todas as crianças de 7 a 14 anos na escola• Ampliar o Programa do Livro Didático de 1ª a 4ª série para 5ª a 8ª séries, em 1996• Instalar em 23 mil escolas equipamentos de informática• Distribuir diariamente 34 milhões de refeições para os alunos
Educação à Distância	<ul style="list-style-type: none">• Criar e manter a TV Escola para o aperfeiçoamento dos professores• Equipar 46 mil escolas para ensino à distância
Transferência Direta de Recursos a Municípios e Escolas	<ul style="list-style-type: none">• Descentralizar os recursos de manutenção diretamente para 180 mil escolas, beneficiando 27 milhões de alunos
Avaliação do Ensino	Avaliar 266 mil alunos em 1996
Programa de Incentivo à Leitura	Instalar 2.500 bibliotecas comunitárias até 1999

☐ Saúde

Programas	Metas
<p><i>Reorganização da política institucional</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforsus • Consolidação do SUS • Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperar, ampliar e concluir 2392 unidades públicas de saúde até 1998 • Constituir e desenvolver o "SUS Municipal — o SUS de cada gente", modernizado, harmonizado e integrado às instâncias estaduais e nacional. • Garantir a assistência integral à saúde, remodelada e dinamizada pela ação domiciliar de pelo menos 50 mil agentes comunitários de saúde, e pela fixação de cerca de 3 mil equipes de saúde da família em áreas carentes, até 1998.
<p><i>Melhora do quadro sanitário.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle da Febre Amarela e da Dengue • Eliminação da Hanseníase 	<p>Combater as grandes endemias do território nacional: hanseníase, tuberculose, dengue, malária, doença de Chagas, esquistossomose e DST/Aids</p>

(Continua)

Programas	Metas
<p><i>Melhora do quadro sanitário</i></p> <p>Programa de Redução da Mortalidade na Infância e Materna</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir, pela metade, a mortalidade infantil e a da mulher, registrada no início da década, através de: <ul style="list-style-type: none"> ○ suplementação alimentar ○ vacinação de todas as crianças menores de cinco anos e das mulheres em idade fértil ○ garantia de saneamento ○ disponibilidade de meios adequados de planejamento familiar ○ garantia de acesso à prevenção, diagnóstico precoce e pronto tratamento de câncer de colo cérvico-uterino e de mama ○ garantia à gravidez desejada através de assistência ao pré-natal e ao parto institucional.
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Vida Ativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade de vida das pessoas e diminuir, por consequência, o gasto em saúde.

□ Habitação e Saneamento

Programas	Metas
<p><i>Habitação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pró-moradia • Carta de Crédito 	<p>Atender 11 milhões de brasileiros que precisam de casa ou de melhorias na casa onde moram.</p>
<p><i>Saneamento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pró-saneamento • Programa de Ação Social em Saneamento — PASS • PROSEGE 	<ul style="list-style-type: none"> • Atender 30 milhões de famílias com água tratada, esgoto, recolhimento de lixo e ruas pavimentadas. • Universalizar o abastecimento de água. • Criar condições para resolver o problema do esgoto e do lixo nas áreas dos Programas de Redução da Mortalidade na Infância e Comunidade Solidária • Melhorar as condições de saúde e de vida das populações mais pobres.

☐ Previdência Social

Programas	Metas
<p><i>Melhoria do atendimento ao cidadão em 1996</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Prisma-empresa 	<p>Instalar Postos de Seguro Social em 132 empresas com mais de 4 mil funcionários, em 1996</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Hora marcada 	<p>Implantar serviço de atendimento com hora marcada via telefone, nas 27 Gerências Regionais de Seguro Social, em 1996</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Concessão <i>on line</i> 	<p>Diminuir o prazo de concessão dos benefícios para até 10 dias, com instalação de equipamento de informática em rede, nas 27 Gerências Regionais, em 1996</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Kit-segurado e Kit-LOAS 	<p>Facilitar a solicitação de benefícios por meio de convênio com a ECT, em 1996</p>

□ Assistência Social

Programas	Metas
Renda mínima para idosos e deficientes	Beneficiar 400 mil pessoas com o pagamento de um salário mínimo mensal, em 1996
Brasil criança-cidadã	Promover atendimento sócio-educativo a 420 mil crianças e adolescentes (7 a 14 anos) em 1996
Assistência descentralizada a crianças, idosos e deficientes	Atender 1,7 milhão de crianças de zero a 6 anos, 140 mil deficientes e 311 mil idosos, em 1996

☐ Defesa dos Direitos

Programas	Metas
Combate ao trabalho escravo, infantil e degradante	Eliminar o trabalho escravo ou perigoso de 60 mil crianças nas carvoarias, no sisal e no setor sucro-alcooleiro, em 1996
Programa de melhoria das condições e dos ambientes de trabalho	Melhorar as condições de saúde e de segurança nos ambientes de trabalho
Combate à discriminação	<ul style="list-style-type: none">• Revisar a legislação anti-discriminatória• Definir política de apoio à incorporação da população negra no mercado de trabalho• Apoiar a população negra rural
Reabilitação integral dos portadores de deficiência	Integrar 750 mil portadores de deficiência em atividades produtivas
Integração sóciolaboral do portador de deficiência	Apoiar a implantação de projetos de profissionalização

■ COMBATE À FOME E À POBREZA

Comunidade Solidária

O Comunidade Solidária —enquanto proposta de parceria entre o Governo e a Sociedade— implica como tarefa do Governo uma estratégia de articulação e coordenação das ações governamentais de combate à fome e à pobreza. Neste programa o Governo Federal busca uma nova forma de gerenciar um elenco de programas prioritários, executados por diversos Ministérios setoriais, buscando evitar a centralização das decisões, a superposição das ações e a pulverização dos recursos.

Em 1996, se pretende que cerca de 1.100 municípios sejam alcançados pelos programas do Comunidade Solidária, que têm as seguintes metas:

Programas	Metas
<i>Alimentação</i> <ul style="list-style-type: none">• Merenda Escolar• PRODEA	Distribuir, diariamente, 34 milhões de refeições para estudantes Distribuir 700 mil toneladas de alimentos
<i>Valorização do Ensino Fundamental</i> <ul style="list-style-type: none">• Kit -educação• Transporte escolar	Distribuir kits para 2,5 milhões de alunos, 120,6 mil professores e 37,6 mil escolas e contemplar mais de 1.000 municípios carentes Tomar disponível transporte escolar em mais de 1.000 municípios carentes
<i>Combate à mortalidade infantil</i> <ul style="list-style-type: none">• Combate à desnutrição	Distribuir suplementação alimentar para mais de 2 milhões de crianças

(Continua)

Programas	Metas
<p><i>Combate à mortalidade infantil</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Agentes Comunitários de Saúde • Vacinação 	<p>Atingir até 45 mil agentes comunitários de saúde</p> <p>Vacinar todas as crianças menores de 5 anos contra o sarampo, difteria, tétano, coqueluche, poliomielite e tuberculose, e todas as mulheres, em idade fértil, contra o tétano</p>
<p>Saneamento (água potável)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir água potável para mais de 1.000 municípios carentes, até 1999 • Iniciar ações para garantir água potável a toda a área urbana desses municípios

Além disso, o Comunidade Solidária desenvolverá ações na área de geração de emprego e renda (PROGER/Capacitação Profissional) e na área de apoio à agricultura familiar (PRONAF).

■ PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL

O Governo, valorizando as parcerias com a Sociedade Civil, especialmente aquelas voltadas às soluções das questões sociais do País, vem fortalecendo a atuação dos Conselhos e Grupos de Trabalho existentes, assim como tem estimulado a criação de novos Conselhos ou Grupos para atuar naquelas áreas onde as parcerias ainda não se encontram consolidadas.

O Governo, procurando encontrar formas mais efetivas de apoio às parcerias mencionadas, está negociando junto ao BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento uma linha de crédito de até US\$ 150 milhões para financiar ações de organizações sem fins lucrativos da Sociedade Civil.

Este financiamento já conta com anuência das autoridades do BID e é para ser implementado em três anos.

O propósito do projeto é desenvolver programas de combate à miséria; em favor das crianças, especialmente aquelas em situação de risco; de combate ao analfabetismo; e de aquisição e construção de moradias populares.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social

Apoio Institucional

Ministério da Fazenda
Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministério do Trabalho
Banco Central do Brasil

Cópias adicionais desta publicação poderão ser solicitadas à:

Presidência da República

Secretaria de Comunicação Social

Esplanada dos Ministérios - bloco A - 6º andar

Brasília - DF

CEP: 70.054-900

COLEÇÃO DOCUMENTOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EM PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
4. POLÍTICA EXTERNA
5. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
6. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
7. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
8. REAL UM NOVO COMEÇO
9. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
10. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
11. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
12. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
13. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
14. OS RUMOS PARA 1996
15. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
16. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO

EM INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH

EM FRANCÊS

1. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
2. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
3. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE
4. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1996, COM UMA TIRAGEM
DE 5.000 EXEMPLARES

